



Universidade Federal da Paraíba
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas
Campus IV – Litoral Norte – Mamanguape
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Gleison Costa de Lima – UFPB

gleison98@gmail.com

Orientador: Prof^o. Ms. Gilson Rodrigues da Silva – UFPB

gilson_rodriguessilva@hotmail.com

Membro: Prof^a. Ms. Marília Augusta Raulino Jácome – UFPB

raulino.marilia@gmail.com

Membro: Prof^a. Ms. Daniela Cintia de Carvalho Leite Menezes – UFPB

danielaccleite@bol.com.br

CONTROLE FINANCEIRO UTILIZADOS POR FORNECEDORES DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA: UM ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE PRAIA DE CAMPINA

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo verificar como está se dando o controle financeiro utilizados pelos agricultores familiares, do Distrito de Praia de Campina, Rio Tinto/PB, que são beneficiados pelo programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Para alcançar os objetivos do estudo foi realizada uma pesquisa descritiva com auxílio de estudo de Campo e abordagem quantitativa para enaltecer a relevância científica do estudo. A amostra tem caráter não probabilístico e por conveniência, correspondeu ao acesso as respostas dos 16 questionários, referentes aos participantes do PAA. Foi utilizado um questionário para coletar os dados e realizadas análises descritivas dos dados coletados. Os resultados mostram o perfil dos entrevistados, seu conhecimento acerca do objetivo proposto, a percepção quanto aos benefícios gerados pelo programa PAA, e como são realizados os processos de controles financeiros por parte dos entrevistados em seu dia a dia. Com relação aos achados da pesquisa de campo, identificou-se que o projeto era então, composto por 16 mulheres, que fazem parte do corpo de associados da Associação Agrícola dos Moradores de Praia de Campina, onde encontrou-se o universo da pesquisa, com pouco conhecimento científico, pois a maior parcela das entrevistadas possuem pouco conhecimento acerca de gestão financeira, sendo de essencial relevância, demonstrar a importância da utilização dos serviços e dados fornecidos através da contabilidade para uma gestão mais assertiva e respaldadas em dados fixos. Os resultados revelam os benefícios do programa e que o projeto tem alcançado seu objetivo fim em relação aos fornecedores e beneficiários, a mediada que tem contribuído para a geração de renda das famílias beneficiadas e por estes fazerem uma boa avaliação com relação ao programa perante a comunidade.

Palavras-Chave: Controles Financeiros. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos.

1 INTRODUÇÃO

Em um cenário de mudanças econômicas e avanços tecnológicos, além da competitividade, concomitante as diversas adversidades enfrentadas na produção agrícola, implicam na necessidade dos produtores rurais fazerem uso de ferramentas gerenciais, que possibilitem subsidiar a tomada de decisão de forma segura, permitindo assim a tomada de decisão. Para tanto, os tomadores de decisão podem se apoiar na contabilidade gerencial, enquanto ferramenta de auxílio ao processo decisório.

A contabilidade quando utilizada na gestão de um empreendimento é considerada como uma ferramenta essencial para o crescimento do negócio, sendo capaz de fornecer relatórios financeiros e gerar informações úteis para o processo de tomada de decisão, independentemente do ramo de atividade ou do porte da entidade. Para Lunkes (2007), a contabilidade identifica, mensura, registra, analisa, compara e informa as alterações que ocorrem no patrimônio das empresas, uma vez que ela gera informações que permitem o direcionamento na tomada de decisão a partir de um conjunto de informações relacionados com a lucratividade, liquidez e risco do negócio. Para Marion e Iudícibus (2000), a contabilidade tem como objetivo fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade. Nesse sentido, a contabilidade exerce um papel de extrema importância no processo de gestão das organizações.

Para Falcão et al. (2017), o aumento da complexidade e diversidade no ambiente organizacional tem impulsionado os gestores e empreendedores a buscarem maior entendimento sobre finanças, tornando-se uma preocupação necessária para implementação de estratégias, continuidade e crescimento futuro.

A adoção de mecanismos de planejamento e controle financeiro torna-se relevante para auxiliar os gestores no processo decisório, mas também corroborar com a continuidade empresarial (BARADEL; MARTINS; OLIVEIRA, 2010). Para que se tenha uma boa gestão em um empreendimento, faz-se necessário que os gestores e proprietários façam uso de controles financeiros de forma que estes possibilitem posteriormente a realização de planejamentos futuros com base em informações de períodos anteriores.

Para Maximiano (2011), o planejamento é compreendido como uma ferramenta que possibilita identificar a realidade, analisar e avaliar as alternativas, traçar metas e definir as ações a serem adotadas para o alcance dos objetivos. Gitman (2004) afirma que o planejamento financeiro se apresenta como elemento essencial para o funcionamento de organizações, pois orienta sobre o alvo a seguir, coordenação e controle de ações para atingir os objetivos, contando com instrumentos essenciais como orçamentos e fluxos de caixa, além de demonstrativos. Através do planejamento financeiro é possível conduzir uma gestão eficiente dos recursos financeiros, pois esta medida analisa antecipadamente os riscos, agilizando a solução de imprevistos (BARADEL; MARTINS; OLIVEIRA, 2010).

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2018), constatou-se que no último censo agropecuário realizado em 2006, a agricultura familiar correspondia a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País e por mais de 70% dos brasileiros ocupados no campo. A agricultura familiar no cenário brasileiro, exerce um papel de fundamental importância no desenvolvimento do país, uma vez, que os milhões de pequenos produtores que compõem a agricultura familiar fazem dela um setor em expansão, movimentando bilhões de reais a cada ano na economia, contribuindo assim no abastecimento alimentar, criação de empregos, geração e distribuição de renda e melhoria no grau de sustentabilidade das atividades agrícolas (DAMASCENO, KHAN, LIMA, 2011). Conforme dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018) a agricultura familiar é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo, tendo um peso significativo para a economia brasileira, com um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões.

A agricultura familiar surge como conceito e tem sua legitimação diante do Estado em meados dos anos de 1990 por meio da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (GRISA, 2010). A partir de então, o governo brasileiro criou algumas políticas públicas, com fins de promover o crescimento rural, onde dentre suas criações pode-se citar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, que tem o objetivo promover o incentivo da agricultura familiar e a promoção do acesso à alimentação.

Diante do papel que esta fonte de renda e subsistência exerce na sociedade brasileira, este trabalho tem como objetivo norteador, verificar como está sendo utilizado o controle financeiro, pelos Agricultores familiares, que são beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, localizados na comunidade de Praia de Campina, no município de Rio Tinto/PB.

O estudo traz implicações diante da questão norteadora, reportando os impactos do programa perante os beneficiados. Assim o trabalho tem a seguinte questão de pesquisa: **Como está sendo utilizado o controle financeiro pelos agricultores familiares que fornecem produtos por meio do PAA?**

Baradel, Martins e Oliveira (2010), afirmam que os pequenos empresários, apresentam dificuldades de gestão que passa pela obtenção de crédito, gestão financeira, separação do dinheiro próprio e o da entidade, falta de conhecimento e acúmulo de funções. Para Falcão et al. (2017), apontam que existe uma lacuna relacionada ao planejamento e controle financeiro, principalmente, no tocante ao estímulo e adoção desses mecanismos nas entidades.

A relevância do estudo dá-se por permitir por meio dos resultados alcançados, avançar no conhecimento sobre os controles financeiros adotados por agricultores familiares. Fazendo menção a estudos realizados anteriormente que revelam a importância destas ferramentas na gestão da agricultura familiar. Os achados da pesquisa têm relevância científica e social pois, poderão ser utilizados por outros pesquisadores, entidades que promovem capacitações, sindicatos, associações e demais interessados no assunto.

Para tanto este trabalho será estruturado a partir dessa introdução, pela seção 2, que aborda uma Revisão da Literatura, seção 3 que trata dos Procedimentos Metodológicos, seção 4 que apresenta os resultados e as análises dos Dados Obtidos na Pesquisa e por fim na seção 5 são exibidas as Considerações e Recomendações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para uma melhor explanação do assunto, este referencial teórico contempla tópicos que abordam conceitos essenciais para entendimento do tema e dos dados coletados. Sendo estruturado em três tópicos, sendo eles: contabilidade gerencial e instrumentos de planejamento e controle financeiro, aspectos da contabilidade rural e o CPC 29 e Programa de Aquisição de Alimentos na Comunidade e Seu Alcance.

2.1 CONTABILIDADE GERENCIAL E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E CONTROLE FINANCEIRO

A contabilidade gerencial, segundo Atkinson et al. (2000) é o processo de identificar, mensurar, reportar e avaliar informações sobre eventos econômicos das organizações. Já, Padoveze (2010), evidencia em concordância com Atkinson, que a contabilidade gerencial se relaciona com os interesses dos usuários internos das organizações, pois busca fornecer informações úteis para o processo decisório, além de garantir o controle e o planejamento, enfatizando assim o uso da contabilidade gerencial, como um instrumento que fornece informações contábeis para os gestores. A contabilidade gerencial, surge em decorrência da necessidade de usuários internos possuírem informações que pudessem auxiliá-los no processo de controle e de tomada de decisão dentro da organização.

Neste contexto, a inserção de planejamentos e controles, por parte das entidades, podem refletir diretamente no processo de gestão das organizações, levando em consideração que estes dados fornecidos pela contabilidade gerencial, possibilitam que seus usuários possam analisar alternativas, comparar e medir a evolução das atividades da entidade. Para Marques (2004), o planejamento é o processo de decidir que curso de ação, deverá ser tomado para o futuro, geralmente considera-se vários cursos alternativos de ação com fins de decidir qual a melhor alternativa.

O planejamento financeiro para qualquer tipo de organização possui elevada relevância para a gestão, pois é por meio dele que os gestores podem realizar projeções de entrada e saída de caixa, bem como de possíveis variáveis que se façam necessário a realização de reservas a fim de manter uma gestão promissora. Na visão de Moura e Oliveira (2007) o planejamento financeiro envolve o conhecimento de variáveis ambientais que possam de alguma forma afetar os resultados do negócio e a projeção de resultados esperados, permitindo ao gestor a prevenção quanto às necessidades ou excessos de caixa, oportunizando uma gestão eficiente do negócio.

O controle pode ser considerado como uma forma de permitir e assegurar que os objetivos planejados possam ser atingidos (ANTHONY; GOVINDARAJAN, 2008). Para Atkinson et al. (2008), o sistema de controle deve ser escolhido mediante a necessidade e particularidade da organização, pois atua com *feedback* e busca da eficiência operacional, diante da consecução dos objetivos.

Desta forma, o controle adotado nesta pesquisa é o entendido como função administrativa, parte do processo administrativo, assim como o planejamento, organização e a direção fazem parte (ATKINSON et al., 2008). No aspecto econômico o controle financeiro possibilita ao gestor desempenhar ações proativas em relação ao que foi planejado e o que realmente está ocorrendo. Para Souza et al. (2017) uma das principais funções do controle financeiro interno é revelar eventuais erros cometidos no decorrer dos processos, para tanto estes são elaborados com o intuito de normatizar os procedimentos, evitando futuros problemas. Ainda para Souza et al. (2017) os dois instrumentos essenciais para o controle financeiro eficaz são o controle de contas a receber e controle de contas a pagar, onde o primeiro tem a rotatividade de numerários no passado e no futuro devidamente avaliada, enquanto que o segundo tem a função de identificar todas as obrigações, obedecendo ao prazo de pagamento a fim de não contrair juros, conseguir descontos e efetuar conciliação bancária.

Falcão et al. (2017) apresentam alguns tipos de instrumentos de apoio ao planejamento e controles financeiros, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Instrumentos de Planejamento e Controle Financeiro

Ferramentas	
Planejamento	Controle
Plano de Negócios	Orçamentos
Planejamento de Metas	Controle de Contas a Pagar, Receber e outros
Orientação Externa (consultorias)	Controle de Gastos/ Custos
Pesquisa de Preços	Controle de Receitas e Reservas Financeiras

Fonte: Falcão et al. (2017).

A necessidade das organizações realizarem controles financeiros, como forma de possuir uma base de dados dos seus fluxos financeiros é relatado por Souza et al. (2017) ao afirmar que controle financeiro é uma ferramenta indispensável para os gestores avaliarem o modo pelo qual suas organizações estão sendo administradas, possibilitando um feedback da real situação financeira da instituição, assim como a disponibilidade para quitar suas obrigações.

A contabilidade gerencial, retrata informações necessárias para que os responsáveis pelas organizações possam ter um melhor controle da entidade e tomar decisões de forma tempestiva.

Para Atkinson et al. (2008) e Padoveze (2010), enaltecem a contabilidade gerencial, afirmando que esta é um importante instrumento para o processo decisório.

A tarefa de gerir um negócio fazendo uso de ferramentas que possibilitem a tomada de decisão de forma mais segura, pode ser caracterizada como um dos principais desafios quando se fala em gestão de negócios estruturados na conjuntura da agricultura familiar. Enquanto ciência capaz de auxiliar os gestores no processo de gestão, a contabilidade apresenta-se como um elemento norteador na geração e captação de dados capazes de subsidiar o processo decisório.

Enaltece a pesquisa recorrendo-se a Mello (2015), que em seu trabalho de conclusão de curso, objetivou diagnosticar as informações contábeis como instrumento de gestão, na percepção dos produtores de agricultura familiar realizado no Município de Lagoa Seca -PB. Não foram reconhecidas as vantagens da informação contábil por parte dos agricultores familiares, como sendo uma estratégia ao desenvolvimento rural. Ainda, conforme o estudo do autor foi constatado que a agricultura familiar no município padece de informações que venham contribuir para o gerenciamento desses pequenos proprietários.

Segundo Silva (2017), constatou em seu estudo, a contabilidade não é utilizada pelos agricultores familiares da comunidade do Bonito, localizado no interior do Município de Capitão Poço, no nordeste do estado do Pará, dificultando o planejamento, administração dos gastos de produção e sua rentabilidade. Todavia o autor ressalta que a agricultura familiar possui grande influência na produção de alimentos do país, devendo ter planejamento, cuidado e controle com a sua produção, porque tal modalidade, ainda está tomando espaço no agronegócio brasileiro e possui futuro promissor.

A partir dos estudos anteriores faz ser, possível identificar a necessidade que as famílias agricultoras possuem de compreender e de utilizar das informações contábeis, como a própria contabilidade rural, para ter maior domínio de sua produção, tornando-o tal nicho econômico, não somente, como fonte de sustento básico para suas famílias, mas um negócio rentável, a qual, podem se apropriar das informações para crescerem no agronegócio brasileiro.

2.1.1 ASPECTOS DA CONTABILIDADE RURAL E O CPC 29

Segundo afirmam Santos e Callado (2000), a finalidade da contabilidade rural versa em controlar o patrimônio da propriedade, apurar os resultados e prestar informações do patrimônio e do resultado das entidades rurais aos usuários internos e externos, no entanto, os gestores ainda não têm compreensão da importância que a contabilidade de custos exerce para controle e tomada de decisão no seu negócio. A contabilidade rural apresenta como principais benefícios aos produtores rurais, a disponibilidade de relatórios que podem ser utilizados no processo de tomada de decisão, ignorar a contabilidade como uma fonte de informações palpáveis para o processo decisório pode ser um dos maiores erros do gestor, à medida que estes poderão tomar decisões equivocadas.

Enaltecendo a pesquisa recorre-se a Medeiros (1990), que ressalva que, a contabilidade rural é um dos ramos da contabilidade financeira, capaz de informar, controlar e analisar a empresa rural independentemente do tipo de atividade e particularidade, sendo considerada como uma fonte decisiva de dados quantitativos e qualitativos, reduzindo os riscos e as incertezas inerentes ao processo decisório; ao ser implantada, a contabilidade rural deverá levar em consideração alguns fatores, tais como: o tamanho da propriedade, a complexidade e o grau de crescimento do negócio, pois tem como principais motivos que justificam o seu uso por parte dos produtores rurais a ordem financeira. Assim, o uso da contabilidade rural apresenta-se como uma importante ferramenta que pode proporcionar melhores práticas na gestão do negócio.

Em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis e objetivando à centralização e uniformização do seu processo de produção, em 07 de outubro de 2005, através da Resolução CFC nº 1.055/05, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC criou

o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Dentre os diversos CPCs criados com fins de atingir tais objetivos, destaca-se na área rural o pronunciamento nº 29, que tem o objetivo de estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionadas à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como elemento do registro das atividades agrícolas. A obrigatoriedade e os respectivos efeitos do CPC 29 pelas empresas do setor se deram a partir de janeiro de 2010.

Segundo Marion (2012, p. 2), as “empresas rurais são aquelas que exploram a capacidade produtiva do solo por meio da terra, da criação de animais e da transformação de determinados produtos agrícolas”. Ainda, conforme Marion (2012, p. 33), “a contabilidade de ativos biológicos abrange tudo aquilo que nasce, cresce e morre, desde as culturas temporárias e permanente até os animais, rebanhos de reprodução e corte”. Todos os seres que se enquadram na definição de ativo biológico, devem ser contabilizados conforme as disposições do CPC 29. Recorrendo ainda aos princípios norteadores dos ativos biológicos, devem ser contabilizados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto nos casos em que o valor justo não pode ser mensurado de forma clara e confiável. O produto agrícola oriundo da colheita de ativos biológicos, da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita. O valor atribuído de tal forma representa o custo, no momento da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento aplicável.

Controlar os gastos inerentes ao processo produtivo, é um desafio a ser superado por parte do agricultor empresário, os dados gerados pela contabilidade gerencial, devem ser considerados como um mecanismo, pelo qual ele tomará por base o estabelecimento de preços das mercadorias, de modo a conhecer seus custos reais. Ainda, que os controles não sejam realizados de forma sofisticadas, sendo utilizadas anotações de desembolsos no decorrer do cultivo até o momento da colheita, estas anotações se tornarão a base numérica em termos de valores que os agricultores terão para realizar a tomada de decisão, se tornando desta forma um instrumento de fundamental importância para o controle financeiro.

2.2 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um programa do governo federal que possui dois intuitos básicos, sendo eles: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012). O PAA foi instituído em 02 de julho de 2003 através do Art. 19 da Lei nº 10.696, no âmbito do Programa Fome Zero. A lei pela qual o PAA foi instituído, foi alterada por meio da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, havendo no decorrer dos anos mudanças na sua regulamentação por meio de vários decretos, estando atualmente em vigência o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. A operacionalização do PAA é alcançada por estados, Distrito Federal e municípios e, também, pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, cuja mesma é responsável por gerir as políticas agrícolas e de abastecimento (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

Para alcançar seus dois objetivos básicos, o programa realiza compra de alimentos produzidos por meio da agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Um dos intuitos do PAA, é contribuir para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar, outro aspecto do Programa é que o mesmo promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos;

incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

O PAA para alcançar seus objetivos faz uso de cinco modalidades distintas para aquisição dos produtos sendo: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. Cada uma das modalidades de aquisição de alimentos do PAA, possui particularidades quanto aos objetivos e valores permitidos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS, essas modalidades possuem as seguintes características:

Quadro 2 - Modalidades de Compra do Programa

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R\$ 8 mil	-	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2018.

Consta-se, desta forma que as modalidades de aquisição de alimentos dispostas no programa estudado apresentam características próprias e com finalidades específicas, de modo que conhecê-las se torna necessário para o fornecimento de alimentos.

No que se refere a orçamento, o PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. O PAA, possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e

nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

2.2.1 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE E SEU ALCANCE

O Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade estudada tem como organização fornecedora a Associação Agrícola dos Moradores de Praia de Campina, cuja mesma, está situada, na zona rural do município de Rio Tinto – PB. A referida associação tem como associados aproximadamente 65 agricultores familiares, cujo mesmos tem como atividade a produção de hortifrutigranjeiros. A associação citada tem como estrutura uma sede localizada na comunidade estudada e conta com alguns associados que fazem a função de presidente, vice presidente, primeiro secretário, segundo secretário, terceiro secretário e um tesoureiro, além desses há associação conta com um contador contratado pela federação das associações dos pequenos produtores do vale do Mamanguape-FAPEMA.

O projeto desenvolvido na comunidade tem como objetivos gerais minimizar os problemas com a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar; promover a distribuição e geração de renda; injetar dinheiro na economia local e eliminar o papel dos atravessadores. Quanto aos objetivos específicos o programa visa complementar com alimentos de qualidade do campo, in natura, as famílias de baixa renda dos municípios localizados na região do território da Zona da Mata Norte Paraibana. Objetivando que as famílias receptoras possam consumir alimentos de melhor qualidade, com menos agrotóxicos; o acompanhamento de tal ações do PAA, na localidade é acompanhada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, o sindicato supracitado anteriormente faz o acompanhamento das unidades produtivas para orientar os agricultores no que se refere ao uso de agrotóxicos.

A modalidade de compra, utilizada no referido programa é a Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, cuja duração correspondeu a um período de 12 meses referente a safra de 2018/2019, tendo a proposta estimada em R\$ 119.999,76 (cento e dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).

As unidades receptoras dos alimentos são as pessoas cadastradas no Programa Bolsa Família através do Centro de Referência e Assistência Social-CRAS do município de Rio Tinto, composta por pessoas em situação de vulnerabilidade social, insegurança alimentar, pessoas essas que necessitam do alimento doado pelo programa para complementar a refeição diária.

O programa na referida comunidade, conta com 5 organizações parceiras sendo elas: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Tinto, Prefeitura Municipal de Rio Tinto, Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural - EMATER, Federação das Associações dos Pequenos Produtores do Vale do Mamanguape – FAPEMA e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização do estudo foi conduzida uma pesquisa exploratória de natureza quantitativa, de acordo com Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese, cuja grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. Em relação aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa de campo. A pesquisa de campo conforme GIL (2007) procura o aprofundamento de uma realidade específica, sendo realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade. O universo da pesquisa correspondeu aos agricultores familiares da comunidade de Praia de Campina, Rio Tinto/PB, que são beneficiados

pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Deste modo, o universo da pesquisa se detém a uma população de 16 agricultoras cadastradas no Programa por intermédio da Associação Agrícola dos Moradores de Praia de Campina. A amostra tem caráter não probabilístico e por conveniência, correspondendo ao acesso as respostas dos 16 questionários, referentes aos participantes do PAA.

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário estruturado em três partes sendo: I – Identificação do Respondente (gênero, idade, escolaridade, tempo de atuação como agricultor e renda média); II – Instrumentos de Controle Financeiro utilizados (existência de instrumentos, ferramentas utilizadas e principais dificuldades de utilização dos controles); de forma suplementar III – Os benefícios da utilização do controle financeiro e o PAA na geração de renda. O questionário foi submetido a um pré-teste, com três alunos de Pós-graduação, sendo dois do Mestrado em Contabilidade da UFPB e um estudante de Doutorado em Administração da UNIP/RN, foram identificados alguns ajustes e corrigidos, conforme solicitação. Os dados foram tratados a partir de estatísticas descritivas e dispostos em tabelas.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo após a aplicação do questionário junto aos beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos na localidade de Praia de Campina que fica situada no Município de Rio Tinto - PB, bem como as respectivas análises dos dados coletados.

4.1 PERFIL DO RESPONDENTE

Com o estudo identificou-se que 16 associados da Associação Agrícola dos Moradores de Praia de Campina eram beneficiados pelo programa de aquisição de alimentos na qualidade de fornecedor, dos quais 100% destes eram do gênero feminino.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes à idade dos entrevistados. De acordo com a pesquisa, foi possível constatar que a maior parcela dos entrevistados possuía idade acima de 50 anos correspondendo a 31,25% dos entrevistados.

Tabela 2: Idade do entrevistado

Idade	FA	FR
Até 25 Anos	1	6,25%
26-30	1	6,25%
31-35	2	12,50%
36-40	3	18,75%
41-45	1	6,25%
46-50	3	18,75%
Mais de 50 Anos	5	31,25%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 3, foi possível constatar que a maior parcela das associadas beneficiadas pelo programa não são residentes da comunidade de Praia de Campina, mas sim da comunidade Sítio Saco, cuja qual está localizada nas suas extremidades da comunidade de Praia de Campina.

Os dados levantados na pesquisa revelam que 50% dos entrevistados possuíam o ensino médio incompleto como formação acadêmica. Este dado é preocupante e demonstra que há uma grande necessidade de investir na formação destes agricultores. No que diz respeito a instrução acadêmica no gerenciamento dos pequenos agricultores rurais Mello (2015) enfatiza

que com o aumento da competitividade e os elevados aumentos de custos é imprescindível um grau de instrução mais elevado para a tomada de decisão.

Evidencia-se, a seguir a Tabela 4 com o nível de formação acadêmica do beneficiado.

Tabela 3: Comunidade do Beneficiário

Comunidade do Beneficiário – Fornecedor	FA	FR
Lagoa de Praia	3	18,75%
Praia de Campina	1	6,25%
Sítio Saco	8	50,00%
Sítio Tanques	1	6,25%
Sítio Pacaré	2	12,50%
Sítio Tavares	1	6,25%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 4: Formação do Respondente

Formação Acadêmica	FA	FR
Ensino Fundamental Incompleto	3	18,75%
Ensino Fundamental Completo	1	6,25%
Ensino Médio Incompleto	8	50,00%
Ensino Médio Completo	1	6,25%
Ensino Superior Incompleto	2	12,50%
Ensino Superior Completo	1	6,25%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Ao serem questionados sobre o tempo de atuação na agricultura foi possível inferir que 43,75% das entrevistadas atuam a mais de 31 anos na profissão, revelando desta forma que são pessoas com experiência na sua área de atuação, conforme demonstra a Tabela 5 a seguir. Os dados apresentados na referida tabela se assemelham com os achados do estudo de Mello (2015) onde foi constatado em seu estudo que a faixa de experiência com maior frequência foi de acima de 30 anos.

Com base nas informações apresentadas na Tabela 6, foi possível constatar que 87,5% das agricultoras possuíam renda familiar de até 1 salário mínimo.

Tabela 5: Tempo de Atuação na Agricultura

Tempo Que Atua Como Agricultor	FA	FR
De 0 – 5 Anos	1	6,25%
De 6 – 10 Anos	3	18,75%
De 11 – 15 Anos	3	18,75%
De 16 – 20 Anos	1	6,25%
De 21 – 30 Anos	1	6,25%
Mais de 31 Anos	7	43,75%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 6: Renda Familiar

Renda Familiar	FA	FR
Até 1 Salário Mínimo	14	87,50%
Entre 1 e 2 Salários Mínimos	1	6,25%
Entre 2 e 3 Salários Mínimo	0	0,00%
Entre 3 e 4 Salários Mínimos	0	0,00%
Mais de 4 Salários Mínimos	1	6,25%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Fatores como o tempo de atuação, idade e nível de escolaridade, podem refletir no modo como o negócio é gerido o que não é diferente na agricultura familiar.

4.2 CONTROLES FINANCEIROS

Na Tabela 7 são apresentados dados sobre a realização de cursos por parte das produtoras rurais no que diz respeito a técnicas de controles financeiros a serem utilizadas na agricultura familiar, como forma de capacitar estas profissionais para obtenção de conhecimento adequado no que tange ao assunto e que lhes proporcione um melhor controle das suas contas. Sendo possível constatar que somente 6,25% realizou alguma capacitação no que diz respeito ao assunto.

Questionado as respondentes sobre como elas acreditavam que poderiam vir a obter mais conhecimento sobre controles financeiros 100% afirmou que por meio da iniciativa pública, dos quais 50% afirmou que a capacitação poderia vir a ocorrer por meio de iniciativas Universidade Federal da Paraíba - UFPB, 25% acredita que por meio do sindicato da classe e 25% acredita que por meio da iniciativa da prefeitura do município estudado. Os achados do estudo no que tange a oportunidade de conhecimento por meio da UFPB, podem estar

relacionados ao fato de que o Campus-IV da referida instituição está localizado na cidade estudada e na cidade circunvizinha Mamanguape. Os dados estão ilustrados na Tabela 8.

Tabela 7: Realização de Cursos Sobre Controles Financeiros

Realização de Cursos Sobre Controles Financeiros e Entidade Onde Realizou	FA	FR
Realizou, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais	1	6,25%
Não Realizou	15	93,75%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 8: Conhecimento Através das Iniciativas

Entidade Que Possibilitaria a Capacitação Sobre Controles Financeiros	FA	FR
UFPB	8	50,00%
Sindicato da Classe	4	25,00%
Prefeitura	4	25,00%
Empresa Privada	0	0,00%
Outra	0	0,00%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa,

Evidencia-se na Tabela 9 apresentada a seguir os tipos de controle financeiro realizados pelas produtoras do programa estudado, sendo constatado que 25% das respondentes realizam controles de contas a pagar e a receber.

Tabela 9: Controles Financeiros Realizados Pelos Produtores

Controles Realizados	FA	FR
Controle De Contas a Pagar, Planejamento de Ações e Orçamento, Controle dos Custos dos Produtos Cultivados	1	6,25%
Controle de Contas a Pagar e a Receber, Planejamento e Orçamento e Controle dos Custos dos Produtos Cultivados	1	6,25%
Controle de Contas a Pagar e Contas a Receber	4	25,00%
Controle de Contas a Pagar e a Receber, Planejamento e Orçamento	3	18,75%
Controle de Contas a Receber	4	25,00%
Controle dos Custos dos Produtos Cultivados	1	6,25%
Não Respondeu	1	6,25%
Não Realiza Nenhum Controle	1	6,25%
Total	16	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Questionado as produtoras que tipo de ferramenta elas utilizam em suas rotinas diárias para realizarem controles financeiros, foi constatado que 50% das entrevistadas utilizam caderno ou agenda, conforme demonstra a Tabela 10 a seguir.

Tabela 10: Ferramenta Utilizada para Realização de Controles Financeiros

Ferramenta Utilizada	FA	FR
Caderno/Agenda	8	50%
Não Utiliza Nenhuma Ferramenta	5	31%
Outro	2	13%
Não Respondeu	1	6%
Planilha Do Microsoft Excel	0	0%
Sistema	0	0%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 11: Dificuldade Encontradas Para Realização da Gestão Financeira

Dificuldade na Gestão Financeira	FA	FR
Pouco Conhecimento Em Gestão Financeira	14	87,50%
Outro	1	6,25%
Não Respondeu	1	6,25%
Falta de Controles Definidos	0	0,00%
Pouco Tempo Disponível Para Gestão Financeira	0	0,00%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

De acordo com Silva (2017), ao não realizar o registro dos atos e fatos das atividades na propriedade, o agricultor deixa de ganhar muitas vantagens que poderiam alavancar ou até mesmo estabilizar sua produção e renda familiar, todavia isso acontece devido ao desconhecimento da finalidade e benefícios que a contabilidade traz para quem a utiliza.

Na Tabela 11, são evidenciadas as dificuldades relatadas pelas produtoras em relação a realização de práticas de gestão financeira nas suas rotinas diárias, sendo apresentado como principal dificuldade a falta de conhecimento em gestão financeira. Nesse contexto, faz-se necessário maiores esforços por parte dos produtores com fins de realizar uma melhor gestão de seu negócio, possibilitando assim o crescimento ao longo do tempo.

Os achados do estudo permitem constatar assim uma carência por parte das agricultoras beneficiadas pelo programa quanto as formas de controles financeiros utilizados em suas rotinas diárias, fazendo-se necessário maiores esforços para um adequado gerenciamento do negócio. De acordo com Crepaldi (2012), “a empresa existe para aumentar a riqueza de quem a detém, dessa forma, ela deve ser gerida com modelos e métodos de gestão que permitam o registro, controle e avaliação de suas atividades. Sabe-se que na agricultura existem períodos de plantio e de colheita, assim a realização de controles financeiros é essencial para uma boa gestão desse ramo de atividade, ademais o uso de ferramentas que possibilitem o controle das despesas tidas até o momento da colheita pode se tornar um elemento chave na formação do valor do produto cultivado.

4.3 IMPACTOS DO PAA NA GERAÇÃO DE RENDA

Em relação aos benefícios proporcionados pelo programa PAA, para a agricultura familiar local 81,25% das respondentes afirmaram que o programa provocou impactos na renda familiar, 12,5% informaram que o programa acaba por incentivar a produção e 6,25% informaram que o programa possibilita uma maior facilidade para a comercialização dos produtos cultivados, os dados estão expostos na Tabela 12.

Conforme evidenciado na Tabela 13 para 87,50% das entrevistadas a renda obtida por meio do programa de aquisição de alimentos vem sendo utilizada para o pagamento de despesas familiares.

Tabela 12: Importância do Programa Para Agricultura Familiar Local

Importância do Programa	FA	FR
Melhoria na Renda	13	81,25%
Incentivo a Produção	2	12,50%
Facilidade Para comercialização	1	6,25%
Outro	0	0,00%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 13: Utilização da Renda Adquirida

Utilização da Renda Adquirida	FA	FR
Pagamentos de Despesas Familiares	14	87,50%
Investimentos Em Insumos	1	6,25%
Compra de Moveis, Eletrodomésticos E Eletroeletrônico	1	6,25%
Outro	0	0,00%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Questionados se as produtoras possuíam alguma outra fonte de renda ademais da renda advinda da agricultura familiar por intermédio do PAA, constatou-se conforme dados apresentados na Tabela 14 que 75% dos entrevistados não possuía outra fonte de renda.

Em relação aos produtos fornecidos ao programa constatou-se que o produto com maior incidência de fornecimento é a macaxeira. Os dados que se referem aos produtos fornecidos no projeto estão apresentados na Tabela 15.

Tabela 14: Fonte de Renda Familiar

Renda Familiar	FA	FR
Não possui outra renda	12	75,00%
Sim, Feira Livre	1	6,25%
Sim, Lanchonete	1	6,25%
Sim, trabalho de familiar em usina	1	6,25%
Sim, Aposentadoria	1	6%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Tabela 15: Produtos Fornecidos

Produtos Fornecidos ao PAA	FA	FR
Feijão Verde	1	6,25%
Macaxeira	5	31,25%
Batata Doce	1	6,25%
Macaxeira, Batata Doce e Feijão Verde	3	18,75%
Macaxeira, Batata Doce, Feijão Verde e Maxixe	1	6,25%
Macaxeira e Feijão Verde	1	6,25%
Macaxeira, Batata Doce, Feijão Verde e Mamão	1	6,25%
Macaxeira, Batata Doce, Feijão Verde e Milho	1	6,25%
Macaxeira, Batata Doce, Feijão Verde e Banana	1	6,25%
Macaxeira, Batata Doce, Feijão Verde e Milho	1	6,25%
Total	16	100,00%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

No que diz respeito a forma como os produtores beneficiados avaliam, o Programa de Aquisição de Alimentos perante a comunidade, contatou-se que a maior parcela dos entrevistados avalia como ótimo, mostrando assim o quanto estas produtoras acreditam no potencial do programa.

Tabela 16: Avaliação do Programa Perante a Comunidade

Avaliação do PAA na Comunidade	FA	FR
Regular	3	18,75%
Bom	4	25,00%
Ótimo	9	56,25%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

É possível inferir perante as respostas obtidas no estudo que o Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade estudada, tem possibilitado uma melhoria no que diz respeito a comercialização de produtos cultivados pelos beneficiados pelo programa, bem como uma melhoria na renda das famílias afetadas. De forma que o projeto viabiliza um melhor ciclo econômico das famílias beneficiadas.

5 CONSIDERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a importância dos agricultores familiares para o desenvolvimento da economia do país. O presente trabalho se propôs a estudar como está sendo as formas de controles financeiros realizadas pelos agricultores familiares da comunidade de Praia de Campina que são beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

Com o estudo foi constatado que o projeto de aquisição de alimentos na comunidade teve como alvo as agricultoras, onde 16 delas são beneficiadas pelo programa. Em relação ao perfil destas mulheres foi constatado que a maior parcela possui uma idade considerada como elevada, com baixo grau de instrução acadêmica e com larga experiência na agricultura sendo portadoras de um conhecimento empírico considerável.

No concerne ao conhecimento e realização de controles financeiros, foi constatado que a maior parcela das entrevistadas não realizou nenhum tipo de capacitação na área, mas que acreditam que a intervenção da iniciativa pública pode vir a possibilitar tal conhecimento,

principalmente por intermédio da Universidade Federal da Paraíba. Apesar dos avanços tecnológicos e das evoluções tidas no decorrer dos anos acerca de ferramentas que possibilitam um maior controle financeiro por parte das pessoas, foi possível identificar que grande parte das produtoras utilizam caderno/agenda enquanto ferramenta de controle contábil, com relação aos tipos de controles realizados boa parte da população estudada realiza o controle das contas a pagar e a receber, apontando como principal dificuldade para a realização destes o pouco conhecimento com relação ao assunto.

Fica evidenciado com o estudo uma carência por parte da população estudada no que tange ao conhecimento e aplicação de ferramentas que possibilitem uma melhor gestão do negócio. Fazendo-se necessário que entidades que detenham de profissionais capacitados possam auxiliar essas pessoas de forma a proporcionar capacitações que possibilitem uma melhor gestão financeira, acarretando assim em mais segurança e tranquilidade para a tomada de decisão, ademais de contribuir para o desenvolvimento local na medida que possibilita o crescimento do negócio. Ainda conforme os achados do estudo foi possível identificar uma relação com estudos anteriormente realizados por Mello (2015) e Silva (2017), a medida que foi constatado que se faz necessário maiores esforços na utilização de recursos contábeis que proporcione uma melhor gestão dos negócios parte dos agricultores familiares que não são obrigados a realizarem a contabilização de suas operações.

Em relação aos benefícios do programa foi constatado que o projeto tem alcançado seu objetivo fim em relação aos fornecedores e beneficiários, à medida que tem contribuído para a geração de renda das famílias beneficiadas e por estes fazerem uma boa avaliação com relação ao programa perante a comunidade. Diante do exposto, conclui-se que a pesquisa alcançou seus objetivos, uma vez que foi respondido os questionamentos do estudo, como sugestão para futuros trabalhos, sugere-se que o estudo seja reaplicado em outras comunidades beneficiadas pelo programa PAA, no município de Rio Tinto e em outras regiões do país.

REFERÊNCIAS

ANTHONY, R. N.; Govindarajan, V. **Sistemas de controle gerencial**. 12. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

ATKINSON, A.A. et al. **Contabilidade gerencial**. Tradução de André Olímpio Mosselman du Cheney Castro, revisão técnica de Rubens Famá. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ATKINSON, A. A. et al. **Contabilidade gerencial**. Tradução André Olímpio Mosselman Du Cheney Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2000.

BARADEL, E. C.; MARTINS, S.; OLIVEIRA, A. R.. **Planejamento e Controle Financeiro: Pesquisa-ação em uma microempresa varejista**. Revista de Negócios, v. 15, n. 4, p. 78-96, 2011.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2012, 5 jul.

_____. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 13 abr. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos. 2011.** Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em 05 mar. 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos. 2018.** Disponível em:< <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 05 mar. 2019

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2018.** Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em 05 mar. 2019

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola.** Resolução CFC nº. 1.186/09 e alterações posteriores. Disponível em:<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/324_CPC_29_rev%2013.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2019.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural: uma abordagem decisória.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DAMASCENO, N.P.; KHAN, A.S. e LIMA, P.V.P. 2011. **O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de empregos e renda no Estado do Ceará.** Rev Econ Sociol Rural, 49: 129-15.

FALCÃO, G. Q. et al. **Planejamento e controle financeiro na feira de artesanato de Caruaru-PE.** Management Control Review, v. 2, n. 2, p. 18-33, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

GRISA, C. **As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva.** Desenvolvimento em Debate. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à teoria da contabilidade.** 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

LEITE, D. G. **A importância do crédito rural para os pequenos produtores: estudo realizado no município de Queimadas-PB.** 2015. 17f. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

LUNKES, R. J. **Contabilidade gerencial: um enfoque na tomada de decisão.** Florianópolis: VisualBooks, 2007a.

MARION, J. C. **Contabilidade rural.** (13. ed., pp. 274) São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, W. L. **Contabilidade Gerencial à necessidade das Empresas.** 2ª edição.

MAXIMIANO, Antônio. César Amaru. **Introdução à administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MELLO, R. M. B. **As informações contábeis como instrumento de gestão, na percepção dos produtores de agricultura familiar: Estudo realizado no município de Lagoa Seca – PB.** 2015. 20. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

MIRANDA, L. C. et al. **Da Mesopotâmia às Tapioqueiras de Olinda: o pensamento contábil**

se revela. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 24-47, set./dez. 2011. Disponível em: <http://repec.org.br/index.php/repec/article/viewFile/159/357>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MOURA, R.G.G.; OLIVEIRA, O.F. Planejamento financeiro como estratégia para a obtenção de resultados nas pequenas empresas: um estudo de caso. In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 10. São Paulo, 2007. Anais... FEA/USP: São Paulo, 2007

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, metodologia e práticas**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria Básica**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

PAULA, D. V.; PEDROSO, M. E. S.; OLIVEIRA, V. V. M. **Planejamento e controle financeiro: Dificuldades encontradas nas micro e pequenas empresas do setor farmacêutico, de São Sebastião do Paraíso-MG**. Revista de Iniciação Científica da Libertas, v. 5, n. 2, 2016.

SANTOS, C. C. M.; CALLADO A. A. C. Gestão de custos nas empresas do setor avícola. In **VII Congresso Brasileiro de Custos**, Recife, PE, Brasil, 2000.

SANTOS, Gilberto G. José dos.; MARION, José Carlos; SEGATTI, Sonia S.. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SILVA, L. M. . Benefícios da Contabilidade Rural Para a Agricultura Familiar: um estudo sobre famílias na Cidade de Capitão Poço-Pará. In: **II Congresso UFU de Contabilidade**, 2017, Uberlândia.

SILVA, M. R.; DAGOSTINI, L.; ANTONELLI, R. A. Diagnóstico da gestão econômico-financeira na agricultura familiar: o caso dos horticultores que atuam na feira-livre de Pato Branco - PR. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

SOUZA, et al. Proposta de Controles Financeiros para Organizações do Terceiro Setor. **Revista Terceiro Setor & Gestão**. v.11, n.1,2017